

CONTINUAÇÃO (...) SUPERMERCADO BAHAMAS S/A-CNPJ nº 17.745.613/0001-50
Custo ativo imobilizado em 31 dezembro de 2024 (representado)
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2024 (representado)
Saldo em 31 de dezembro de 2025
Custo ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2025
13. Empréstimos e financiamentos: Os valores constantes nesta rubrica se referem: contratos de capital de giro captados, leasing financeiros e FINAMES, que podem ser assim representados:
14. Fornecedorias internacionais são oriundas de mercadorias importadas, principalmente bebidas e especiarias. Os registros são realizados no momento da realização do documento de exportação autorizado pelo país de origem, na entrada da mercadoria no país, de acordo com a modalidade de transporte. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui saldos vencidos com seus fornecedores.
15. Impostos e contribuições a recolher
16. Provisão para riscos: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, civis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. A provisão para riscos, classificadas como perda provável, está apresentada a seguir:
17. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)
18. Patrimônio líquido (a) Capital social: O Capital Social é de R\$100.000 e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:
19. Despesas tributárias
20. Despesas administrativas (a) Honorários serviços de terceiros
21. Despesas operacionais
22. Resultado financeiro líquido
23. Impos de Renda e Contribuição Social: A Companhia vem provisionando as parcelas para o Impos de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência. A composição da despesa com o Impos de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:
24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 24.1. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de negociações operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas. A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas. Risco de taxa de juros e atuação monetária: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os resultados das operações de financiamento não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia. Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são mitigados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas. Risco de crédito: As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para garantir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes. Risco de mercado: (j) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures). (k) Gerenciamento do risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge. A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações são realizadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto operacional dos negócios. Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4); Contas a receber (Nota Explicativa nº 5); Passivos de arrendamentos (Nota Explicativa nº 11); Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13); Fornecedorias (Nota Explicativa nº 14); Quando ocorrer cartões e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência. Risco de vencimento antecipado de debêntures: Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 13. Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia tem como política manter suas disponibilidades em aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB e Compromissadas com Debêntures), não praticando nenhum outro tipo de aplicação que incorra em maior risco. Gestão do risco de capital: A administração procura obter os melhores retornos possíveis sobre o ativo econômico da Companhia, observando níveis adequados de endividamento, com vistas a garantir o melhor desempenho dentro de uma composição de capital saudável e segura. Partes relacionadas: As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:
Despesas com aluguéis
JCMC Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
D. Lopes Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.
As transações com partes relacionadas decorrem de: Despesas com aluguéis (Passivo de arrendamento de imóveis (lojas); 25. Eventos subsequentes: Em janeiro de 2026, a Companhia contratou empréstimos no montante total de R\$ 170.000,000, sendo R\$ 70.000,000 com o Banco Bradesco S.A., R\$ 50.000,000 com o Banco Itaú Unibanco S.A. e R\$ 50.000,000 com o Banco Santander (Brasil) S.A. As referidas operações foram divulgadas exclusivamente para fins de adequada informação aos usuários das demonstrações contábeis, por não requererem ajustes no período final.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das condições significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 30 de abril de 2026.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485F-0
Gilberto Galinik
Contador CRC MG 0357180-8

ANUNCIO
Diário do Comércio
O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.
31 9 9959-2706 / 3469-2007
comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br
Diário do Comércio
diariodocomercio
Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 05/05/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/05-05-2026-p1